



Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

## ANEXO 1: Justificativas

### **Finalidade:**

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que passam a integrar o TR.

### **Da necessidade da contratação:**

A elaboração deste TR visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços – Maior desconto por item), visando à contratação de empresa para execução dos serviços de instalação de reservatório de acumulação de água, inclusive fornecimento e transporte, visando o abastecimento de comunidades rurais difusas, no estado do Amapá, área de atuação 11ª Superintendência Regional da Codevasf.

O acesso à água é um direito fundamental que é inerente à dignidade humana e à qualidade de vida. Garantir o acesso equitativo à água não apenas assegura condições básicas de higiene e nutrição, mas também fortalece a resiliência das populações diante de desafios ambientais e socioeconômicos. Reconhecer o acesso à água como um direito universal é um compromisso com a promoção da justiça social e a construção de sociedades mais sustentáveis e inclusivas. Tal direito deve ser assegurado por políticas públicas e a Codevasf têm atuado ao longo dos anos levando água e desenvolvimento regional para diversas partes do Brasil.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2021, apenas 32,86% do estado do Amapá tinha atendimento total de água, sendo que na área urbana, esse número era de apenas 36%. Essa discrepância nas condições de acesso à água potável destaca a urgência de medidas que garantam a segurança hídrica e o desenvolvimento econômico sustentável em regiões como o Amapá.

A zona rural dos municípios do Amapá, em sua maioria, conta com a perfuração de poços artesianos para o abastecimento de água. Apesar dos poços serem uma fonte de água importante em muitas regiões, fornecendo água para uso doméstico e agrícola, há algumas limitações associadas ao uso de poços como alternativa de abastecimento de água, incluindo a possibilidade de secarem e o fato de que nem todo lugar existe água subterrânea. Por isso é importante implantar outras soluções hídricas para as regiões que não contam com fonte de abastecimento de água.

Apesar de o estado contar com nove meses chuvosos, o Amapá enfrenta três meses de seca, que nos últimos anos tem se mostrado mais intenso. Alguns municípios como Tartarugalzinho, enfrentou em outubro de 2023 uma das piores fases de seca e observou-se uma diminuição nos níveis dos rios. Ainda no ano de 2023, em novembro o estado do Amapá declarou situação de emergência devido à seca, através do Decreto Nº 8885 de 13 de novembro de 2023.

O Amapá enfrenta desafios significativos em relação ao abastecimento de água. Além da infraestrutura precária, acontece o acesso desigual à água, com populações mais remotas enfrentando maiores desafios devido à distância dos centros urbanos e à falta de infraestrutura adequada. Ainda, deve ser levado em conta o crescimento populacional, que pode colocar pressão nos sistemas de abastecimento já existentes. Por isso, é necessária a adoção de soluções que leve água para a população e garantam esse direito básico de todos.



Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

A atuação da CODEVASF nesses casos não apenas supre uma demanda fundamental, mas também contribui para a promoção do abastecimento de água em áreas prioritárias, refletindo um compromisso com o bem-estar das comunidades mais vulneráveis.

Dentre as alternativas para sanar o problema da falta de água, tem-se a coleta de água pluvial através das cisternas, que é uma das melhores opções em termos de custo-benefício e tem se mostrado bem aceita pela população que as utilizam. Além disso, as cisternas apresentam algumas vantagens como custo menor de implantação, manutenção barata e fornece uma água com qualidade boa, superior as outras tecnologias.

Por isso, a fim de levar desenvolvimento para as regiões e promover o abastecimento de água para as famílias residentes em comunidades rurais difusas do estado do Amapá, torna-se necessário a contratação do objeto deste Termo de Referência.

#### **Modalidade Licitatória:**

Pregão Eletrônico. A CODEVASF por ser uma Empresa Estatal é regida pela Lei nº 13.303, de 30/6/2016, que regulamenta os procedimentos licitatórios e contratuais, que estabelece obrigatoriamente a “Forma Eletrônica” como modalidade licitatória (Parágrafo 2º do Art. 51). No caso do Pregão Eletrônico, este é regido pelo disposto na Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores.

#### **Procedimento Licitatório:**

Sistema de Registro de Preços (SRP). O procedimento licitatório auxiliar de SRP é definido na Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 13.303/2016 e normas complementares.

Justifica-se o procedimento licitatório devido à conveniência administrativa e as características do serviço, que será realizado por demanda justificada do Estado ou Município, com execução parcial por produtos previamente especificados e quantificados por unidade de medida padrão (un), havendo necessidade de contratações frequentes.

Além disso, as fontes de recursos podem ser advindas não somente da LOA, assim como de parceria com outras entidades públicas e/ou emendas parlamentares, visto que o SRP possibilita a captação de novos recursos para efetividade do Programa, assim como atendimento de números distintos de fornecimento com base nos recursos existentes.

#### **Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):**

Admitida. A divulgação da IRP é sempre preferencial, cabendo justificativa em caso de dispensa de divulgação, conforme Artigo 4º do Decreto 7.892/2013. Será admitida o número máximo de 10 participantes na IRP, conforme capacidade de gerenciamento da CODEVASF, de acordo com Inciso I do Parágrafo 3º do Decreto 7.892/2013.

#### **Admissão de adesão dos órgãos não participantes:**

Outros órgãos públicos poderão solicitar adesão à ATA de Registro de Preços, não configurando assim, prejuízos para os demais órgãos, pois a adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas, por serem mais céleres, facilitando o planejamento da gestão, promovendo economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo.

#### **Vantajosidade do agrupamento dos itens constantes do objeto da licitação em um Lote por Estado:**



Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes e soluções adotadas no Projeto Básico, o agrupamento dos itens ou etapas se deve a fatos inerentes à própria execução da obra, sendo que se os mesmos fossem licitados separadamente, poderiam causar prejuízos à Administração Pública e obstáculos na execução do objeto. Apesar da existência de 3 (três) etapas, há apenas um tipo de serviço (Instalação, fornecimento e transporte de reservatórios de acumulação de água). As etapas agrupadas guardam compatibilidade entre si e consonância com a prática de mercado. Face ao exposto, se fossemos separar a licitação em lotes devido à cada etapa do serviço, poderíamos ter problemas relacionados à execução do objeto, visto que seria inviável, tanto economicamente quanto pelo tempo que se gastaria, para que mais de uma empresa executasse uma única instalação de cisterna.

**Critério de Julgamento:**

Maior desconto.

**Modo de Disputa:**

Aberto, com orçamento público. Será divulgado o valor orçado para servir como base, tendo em vista o critério de julgamento de menor preço.

**Regime de execução:**

Empreitada por Preços Unitários. O pagamento será por medições das unidades padrão (un) efetivamente executadas. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições periódicas, dos preços unitários demandados pela CODEVASF e efetivamente executados pela CONTRATADA.

**Permissão de Participação de Consórcios:**

Será permitida a participação em consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante, aumentar a competitividade, proporcionar maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado, possibilitando a participação de maior número de Empresas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**Permissão de Participação de Cooperativas:**

Será permitida. Conforme art. 10, §2º da lei 12.690/2012: a Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social.

**Permissão de Subcontratação:**

Será permitida. Será permitida a subcontratação para o serviço de transporte dos reservatórios de acumulação de água e de escavação.

**Visita:**

A visita aos locais de prestação dos serviços não será obrigatória, tendo em vista que os mesmos ainda serão definidos. No entanto, é de inteira responsabilidade da PROPONENTE, a busca de informações sobre as dificuldades inerentes ao objeto e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta dos Termos de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.



Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional - MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do Decreto nº. 7.892, de 23/1/2013, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.

“Art. 7º - ....

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

**Desapropriação:**

Não aplicável. As obras serão executadas de forma contígua às residências dos beneficiários.

**Garantia do Objeto:**

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10/1/2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

**Garantia de Execução (caução):**

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Aprovação do Projeto Básico e Planilha de Custos do Orçamento de Referência:**

Aprovado pela autoridade competente no processo nº 59500.003774/2023-07, com base em pareceres técnicos.

**Qualificação Técnica:**

Definida no Item 9 do Termo de Referência. As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

**Licença Ambiental:**

Não aplicável. A instalação de cisternas para captação de água da chuva em áreas residenciais geralmente tem um impacto ambiental mínimo. Esses sistemas são projetados para serem de pequena escala e têm a finalidade principal de promover a sustentabilidade e reduzir a demanda por recursos hídricos convencionais. Ainda, a instalação das cisternas ocorre de forma contígua às residências dos beneficiários.

**Do serviço comum:**

Os serviços de instalação de reservatório de acumulação de água, inclusive fornecimento e transporte, visando o abastecimento de comunidades rurais difusas, no estado do Amapá, área de atuação da 11ª Superintendência Regional da Codevasf, podem ser caracterizados tecnicamente como serviços comuns. Trata-se de uma atividade que pode ser objetivamente definida conforme especificações usuais de mercado e que possui natureza padronizável.